


Canoas, v. 27, n. 1, 2022

 <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v27i1.7773>

Educação democrática e educação para a democracia nos dias atuais

Democratic teaching and education for democracy in current days

Adriana Akemi Kikuchi Calzavara¹

Leoni Maria Padilha Henning

Resumo: Na atualidade, as sociedades se caracterizam pela heterogeneidade, grupos com diferentes formas de viver e pensar convivem juntos, mas não necessariamente em harmonia. Nessa situação, a democracia tem seu papel destacado, promovendo o convívio social respeitoso, tolerante, cooperativo, e a busca do bem comum. Como educadores, temos que ter clareza de alguns conceitos para não cairmos em armadilhas de nossa sociedade dominada por valores de mercado, que refletem na educação. E precisamos também, frente à desvalorização da educação e da profissão docente, renovar nossas esperanças de que a educação é um instrumento de construção de um mundo melhor e mais justo. O legado de John Dewey pode nos trazer contribuições importantes e nos instrumentalizar para enfrentarmos algumas das dificuldades da realidade atual. É sobre esse assunto que nos debruçamos no presente artigo. Para efeito da realização desse estudo, analisamos alguns livros do autor que nos ofereceram as suas ideias norteadoras frente ao problema que orientou nosso trabalho, como ainda, alguns outros materiais bibliográficos de comentadores e de outros teóricos para nos esclarecer alguns conceitos correlatos.

Palavras-chave: Educação; Democracia; Sociedade

Abstract: In current days, societies are characterized by heterogeneity; groups with different ways of living and thinking coexist together, but not necessarily in harmony. In this situation, democracy has its role highlighted, promoting the respectful social coexistence, tolerant, cooperative as well as the search for common good. As educators, we must have clarity about some concepts, in order to not fall in traps of our society dominated by market values, which reflect in education. And we also need, in face of the devaluation of education and of the teaching profession, to renew our hopes that education is a tool for building a better and fairer world. The legacy of John Dewey may bring some important contributions and be instrument for us to face some of the difficulties of the current reality. This is the subject that we look at in this paper. For the purpose of carrying out this study, we analyzed some books by the author who offered us his guiding ideas in the face of the problem that guided our work, as well as some other bibliographic material from commentators and other theorists to clarify some related concepts.

Keywords: Education; Democracy; Society

Introdução

Observamos, hoje, em nossa sociedade, os efeitos de viver em um mundo onde as fronteiras geopolíticas já não impedem decisivamente a comunicação e as trocas; onde os avanços da tecnologia

¹ Mestre em Educação, especialista em Piano-Performance e graduada em Música pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: <adrianacalzavara.musica@gmail.com>

promovem mesmo uma sensação de viver sem fronteiras; e onde as “comunidades são descaracterizadas” (SALGADO, 2013, p. 1). A sociedade contemporânea é marcada pela heterogeneidade e multiplicidade de raças, credos, modos de viver e pensar convivendo juntos, mas não necessariamente em harmonia. Pelo contrário, presenciamos, nos últimos anos, o aumento da tendência ao pensamento binário (nós *versus* eles) que reflete nas diferentes esferas - social, política, religiosa, sexual, educativa - e causa uma sensação de sociedade dividida em diferentes facções, onde “ou está ao meu lado, ou está contra mim”, conforme se diz em linguagem popular.

Neste cenário, a importância da democracia é destacada. Nas palavras de Benevides (1996, p. 225), democracia é o “[...] regime político fundado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos”, tendo esta definição a vantagem de

[...] agregar democracia política e democracia social, liberdade e justiça. Em outros termos, reúne os pilares da ‘democracia dos antigos’ e da ‘democracia dos modernos’: a primeira [diz respeito à] liberdade para a participação na vida pública, e a segunda, associada ao ideal republicano e aos valores do liberalismo e da cidadania contemporânea, quais sejam, as liberdades civis, a igualdade e a solidariedade, a alternância e a transparência no poder [...], o respeito à diversidade e o valor da tolerância (BENEVIDES, 1996, p. 225, acréscimos e supressões nossas).

Examinemos esta definição de democracia à luz do legado de John Dewey (1849-1952). Para ele, democracia era mais que um regime político, o ideal seria compreendê-la como modo de viver, um caminho de vida (DEWEY, 1970, p. 217). Democracia é “[...] primordialmente, uma forma de vida associada, de experiência conjunta e mutuamente comunicada” (DEWEY, 1979, p. 126). Para Dewey:

[...] os homens vivem em sociedade em virtude das coisas que têm em comum, e a comunicação é o meio por que chegam a possuir coisas comuns. O que eles devem ter em comum para formar uma comunidade ou sociedade são os objetivos, as crenças, as aspirações, os conhecimentos - um modo comum de compreender - mentalidade similar [...] (DEWEY, 1979, p. 4).

Ocorre que, como Dewey (1952, p. 05) aponta, mesmo no grupo humano mais social, existem relações que não são ainda sociais, havendo indivíduos que “[...] utilizam-se uns dos outros para obter resultados desejados, sem atender às disposições emocionais e intelectuais e ao consentimento daqueles de quem se servem”. Relações deste tipo dificultam a formação de “comunidades verdadeiras”², pois impedem a comunicação, já que esta supõe reciprocidade em dar e receber. Ou seja, o autor considera necessário construir condições para que as trocas, o dar e receber, a comunicação, ocorram. E isso não se daria espontaneamente, mas através da educação, a qual desde os tempos modernos se dá em parâmetros formais de escolarização, ou seja, não apenas realizada no contexto da socialização. Vemos na atualidade, contudo, a comunicação permeada de “falsas notícias”, mentiras e tentativas de manipular por narrativas as opiniões e crenças, mesmo explorando a ingenuidade de muitas pessoas, o que, evidentemente, requer um trabalho de formação ética cuidadoso e exaustivo! Nesse sentido, trazendo as ideias deweyanas ao nosso tempo, percebemos sua enorme relevância para nos incitar a compreendermos a formação democrática e seus problemas no andamento das transformações.

2 Dewey dedica-se a distinguir um simples agrupamento humano - sem o comprometimento com os interesses e objetivos comuns de todos - de uma “verdadeira comunidade”. No último caso, trata-se de uma aproximação ao “que é comum” e passível de comunicação, transmissão. Não basta estarmos num conglomerado de pessoas afeitos a determinadas tarefas sem os vínculos de pertencimento e comprometimento com os interesses de todos. E isso vale para professores e alunos, pais e filhos etc. A comunicação permite a transmissão das experiências e a manutenção de um diálogo mais estreito entre os interlocutores de modo a organizarem e partilharem as suas ideias, crenças, desejos, conhecimentos, próprios de uma vida associada. Quanto ao primeiro caso, o autor adverte o perigo das relações que de fato ainda não poderiam ser denominadas “sociais”, mas se dariam como peças de uma máquina e, neste caso, poderia ocorrer a opressão daquele que apenas se vale dos outros sem respeitar-lhes o assentimento, a comunicação dos interesses e o espírito colaborativo.

Se, como nos ensina Dewey, a própria convivência verdadeiramente social pressupõe a necessidade de educação, essa necessidade se amplia no momento em que temos sociedades heterogêneas, plurais e contraditórias como as da contemporaneidade, onde as grandes cidades “[...] são mais um agregado de sociedades frouxamente unidas do que uma compreensiva e bem amalgamada comunidade de ação e pensamento” (DEWEY, 1979, p. 88). Neste contexto, a ideia deweyana de educação, visando selecionar os estímulos que levem o imaturo a construir uma socialização de qualidade dentro de princípios morais e éticos, aparece como uma forma de direcionamento na tentativa de atingirmos o verdadeiro ideal democrático em vista de um modo de vida particular que se aplica na vivência ampliada, associada e compartilhada. Para tal, é necessário que as escolas versem sobre os “reais problemas” que conectam os estudantes ao seu meio e em torno dos quais cada qual se desenvolve ativa e inteligentemente em vista do seu próprio êxito e de sua comunidade “democrática”. Nesse sentido, a escola não pode se ater exclusivamente aos conteúdos, pois é função da educação manter-se permeável aos seus muros, às discussões e debates de interesse comum, buscando soluções para situações que possam gerar desequilíbrio dentro e fora da escola. Esses problemas ditam o que deve deflagrar as atividades educativas tratadas nos projetos em torno dos quais os indivíduos se reconhecem como cidadãos no enfrentamento da multiplicidade de questões com que se defrontam numa sociedade versátil e em constante mudança como é a nossa.

O conceito de democracia de Dewey carrega diretamente os temas raciais e étnicos do presente no currículo. Juntando as pessoas de grupos raciais e étnicos isolados para participarem em um interesse - Dewey não diz o que pode ser um problema, mas aquilo que presumivelmente poderia ser um problema de preocupação mútua - professores não estão somente criando comunidade, mas enriquecendo as experiências e liberando os talentos dos indivíduos. Isto é o que educação na democracia diz respeito (TANNER, 1997, p. 08-09, tradução nossa).

Citando Dewey, Tanner (1997) acima indica o que cada escola deve tornar-se, ou seja, uma “comunidade embrionária”, a saber, uma vida escolar enriquecida por atividades existentes na sociedade externa, misturada pelos elementos culturais, arte, história e ciência. Assim, as crianças sentir-se-ão membros efetivos da “sociedade em miniatura”, em cujo ambiente será implementado o espírito ativo e ocupacional em cada um, junto à provisão de instrumentos necessários para a sua realização na sociedade externa que resultará valorosa e harmoniosa.

Como mencionado, no Brasil, Anísio Teixeira elaborou um plano de educação integral sob a perspectiva de Dewey, cuja proposta, sabemos, foi imiscuída pelos problemas próprios do país. As Escolas Parque seriam instituições espalhadas pelo país, a começar em Salvador e outras localidades do estado baiano, ganhando, posteriormente, mais espaço na própria capital federal, uma vez que, com a construção de Brasília, reacendeu-se no espírito de Anísio o desejo de fortalecer aquele modelo educacional inovador, podendo atender os anseios por uma escola pública de qualidade. Mas o modelo de ensino integral pensado pelo educador foi dificultado por questões políticas, sociais e econômicas e, mesmo, aquelas relacionadas à necessidade de formação de pessoal adequada à teoria proposta, à construção dos espaços arquitetônicos próprios, ao comprometimento dos pais com uma educação diferente, dentre outros.

Benevides (1996), analisando a questão da cidadania no Brasil ao longo da história, traz as seguintes afirmações:

Além da persistente cultura política oligárquica, durante o regime militar, o Brasil viveu um período de redução dos direitos de cidadania e de minimização da atividade política. Isso correspondeu a uma concepção economicista/producionista da sociedade, na qual a única função meritória dos indivíduos é produzir, distribuir e consumir bens e serviços. Com o movimento

de democratização do país e com o reconhecimento universal de que não há desenvolvimento exclusivamente no campo econômico, sem concomitante desenvolvimento social e político, a questão da educação política se tornou de fundamental importância (BENEVIDES, 1996, p. 223).

Contudo, a discussão sobre uma escola efetivamente democrática, pública e de qualidade ainda é pauta imperativa para as agendas legislativas, profissionais e governamentais. O panorama demonstra que há uma necessidade urgente de que nós, educadores, tenhamos bem clara a ideia de nosso papel político, em sentido amplo e não partidário, e resgatemos a permanente construção do ideal democrático, pautado em princípios morais e éticos, para conseguirmos direcionar nosso trabalho em sala de aula, de maneira a preparar os alunos a terem uma convivência social frutífera e respeitosa no cenário atual.

Diante do exposto, o tema apresentado versa sobre um problema real, já tratado no século passado pelo autor aqui em destaque, mas ainda não resolvido, quem sabe mesmo se tornado ainda mais complexo. Trata-se de um assunto que tem ocupado as preocupações dos educadores que se sentem alijados no processo democrático como protagonistas comprometidos com a formação da nossa gente. Esta vem sendo tratada como “personagem” potencial de uma economia que deve garantir as transações comerciais e mercadológicas de sucesso em vista do “engrandecimento da Pátria” – conforme o entendimento que os mandatários possuem da finalidade educativa (sic).

Para efeito da realização desse artigo, partimos de uma metodologia bibliográfica em que John Dewey figura como autor central das nossas reflexões, haja vista a singularidade das suas ideias contidas nas numerosas produções sobre o tema e a forte influência que exerceu nos pensadores ao redor do mundo. Dentre os quais, destacamos Anísio Teixeira (1900-1971), o dedicado educador e político baiano que se atraiu pela obra do autor norte-americano tornando-se o principal divulgador do seu pensamento no Brasil, traduzindo muitos dos seus livros para o português e esforçando-se a colocar em prática as suas ideias educacionais em nosso país.

Por que a democracia?

A busca pelo ideal democrático é contemplada pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), pela Lei de Diretrizes e Bases (1996) e pela Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental (BNCC). Mas a análise do texto da BNCC revela a inclusão do termo “democracia” sem a devida exploração de suas significações, caracterizando mais uma forma de melhorar a palatabilidade do documento perante a sociedade do que a consolidação da função da escola na construção de uma democracia para a libertação, representando, portanto, um retrocesso nas políticas educacionais brasileiras (SANTOS; TOMÉ, 2020, p. 15). Barbosa (2020, p. 759) alerta para uma “[...] erosão da relação entre educação e democracia e o risco de assistirmos, se nada for feito, a uma desarticulação de ambas nos contextos em que a neoliberalização levou mais longe a economização de esferas e atividades”. Como as contribuições de John Dewey neste campo podem nos ajudar a clarear as nossas ideias diante desses fatos? Vejamos:

O tipo convencional de educação que treina as crianças para a docilidade e obediência, para o desempenho cuidadoso das tarefas impostas porque são impostas, independentemente de onde conduzam, é adequado a uma sociedade autocrática. Essas são as características necessárias em um estado em que há uma única cabeça para planejar e cuidar da vida e das instituições do povo. Mas em uma democracia, elas [as características] interferem na conduta bem-sucedida da sociedade e do governo. Nossa famosa e breve definição de democracia, como ‘governo do povo, para o povo e pelo povo’, dá talvez a melhor pista para o que está envolvido em uma

sociedade democrática. A responsabilidade pela conduta da sociedade e do governo recai sobre cada membro da sociedade. Portanto, cada um deve receber um treinamento que o habilite a cumprir essa responsabilidade, dando-lhe ideias justas da condição e das necessidades do povo coletivamente, e desenvolvendo aquelas qualidades que lhe garantirão uma participação justa no trabalho do governo. Se treinarmos nossos filhos a receber ordens, a fazer as coisas simplesmente porque mandam, e deixarmos de dar-lhes confiança para agir e pensar por si mesmos, estaremos colocando um obstáculo quase intransponível no caminho de superar os atuais defeitos de nosso sistema e de estabelecer a verdade dos ideais democráticos. Nosso Estado se baseia na liberdade, mas quando treinamos o Estado de amanhã permitimos que ele tenha o mínimo possível de liberdade [sic]. As crianças na escola devem ter liberdade para que saibam o significado do seu uso quando passam a ser órgão próprio de controle, e devem ser providas pelo desenvolvimento de qualidades ativas de iniciativa, independência e engenhosidade, antes que desapareçam os abusos e falhas da democracia (DEWEY, 2015, &304, tradução, acréscimo e grifos nossos).

Acreditamos que, nesta citação, o autor torna muito claras as conexões estreitas que estabelece entre escola e sociedade, esclarecendo muito bem o perfil de uma instituição guiada pelos ideais democráticos. Dá-nos a entender que se trata de um alvo a ser perseguido para o bem de todos, logo, exige de cada um, preparo cuidadoso e compromisso com a coletividade.

Do ponto de vista mais geral, Dewey traz a educação primeiramente como necessidade da vida, como instrumento de continuidade social; um processo de direção e comunicação, em que, por meio da experiência, os imaturos vão se moldando aos ideais e costumes dos mais velhos, no próprio convívio social. O conceito de “experiência” recebe uma carga de significação importante na teoria naturalista e educacional deweyana, pois a vida é experiência, ou seja, vivemos em transação com todos os organismos que nos cercam. E, no caso humano, em particular, vivemos em constante atividade acompanhando as exigências de um mundo em permanente mudança no qual precisamos nos adaptar enfrentando os problemas, as dúvidas, as perplexidades. E é no agrupamento social, na cotidianidade das experiências, sofisticamos a aprendizagem de viver com nossos pares de “forma inteligente”, ou seja, antevendo as consequências das nossas ações e, assim, regulando o nosso próprio comportamento em coletividade. E a escola deve aprimorar esses traços presentes na realidade humana, tornando-se parceira na construção de um, cada vez melhor, modo de viver, o modo democrático.

Assim sendo, não há a possibilidade de desenvolvimento plenamente humano de um indivíduo em isolamento: aprendemos a ser, constituímos-nos como seres humanos em atividade, interagindo física e socialmente na situação na qual estamos inseridos, o nosso “eu” é social. E isto é um processo de vida, de continuidade, de certa garantia num mundo de incertezas e em contínuo movimento. A experiência se dá, portanto, na interação contextual e numa sucessão de ações e respostas em seguimento enquanto houver vida. Portanto, vida é experiência. O tempo vivido é uma linha de expansão, profundidade e penetração num futuro de imprevisibilidade, diante do qual os seres inteligentes podem criar estratégias de controle das consequências das suas ações. No entendimento do conceito há, portanto, o necessário respeito aos princípios de interação (relativo ao contexto, à situação) e continuidade (perspectiva histórica) da experiência, para o aprimoramento do imaturo e o exercício do senso democrático.

Existe a necessidade de iniciar os imaturos nos “[...] interesses, intuítos, conhecimentos, habilidades e costumes dos componentes adultos; se assim não fosse, findaria a vida característica da comunidade” (DEWEY, 1979, p. 3). Com o progresso da civilização, a educação formal surge, e sem ela seria “[...] impossível a transmissão de todos os recursos e conquistas de uma sociedade complexa” (DEWEY, 1979, p.

8). O meio social, no qual os indivíduos vivem, possibilita atitudes mentais e emocionais de procedimentos, “[...] fazendo-os entregar-se a atividades que despertam e vigorizam determinados impulsos, que tem determinados objetivos e acarretam determinadas consequências” (DEWEY, 1979, p. 18). Sendo assim, o único meio pelo qual os adultos podem influir na educação dos imaturos é indiretamente, por meio do ambiente. Em acordo com este pensamento, a função da escola seria a de proporcionar um ambiente simplificado e depurado de fatores indesejáveis que permitisse ao indivíduo compreender progressivamente coisas cada vez mais complexas, dando-lhe oportunidade, se for o caso, de ir além dos limites impostos pelo grupo social onde nasceu, ampliando cada vez mais suas possibilidades de comunicação e troca, através das experiências vividas.

Dewey expõe um raciocínio a partir da ideia de que o convívio de diferentes grupos sob uma mesma unidade política, mais do que qualquer outra causa, “[...] acarretou a exigência de institutos educativos que fornecessem uma coisa semelhante a um ambiente homogêneo e bem equilibrado para as pessoas mais jovens” (DEWEY, 1979, p. 23). Isso seria capaz de contrabalançar as forças centrífugas geradas pela situação. Considerando como função da escola “[...] coordenar, na vida mental de cada indivíduo, as diversas influências dos vários meios sociais em que ele vive”, o autor considera essa multiplicidade como benéfica, pois “[...] a convivência, na escola, de jovens de diversas raças e religiões, e de costumes dessemelhantes, proporciona, a todos, um meio novo e mais vasto” (DEWEY, 1979, p. 23).

Devido às diferentes premissas que norteiam as diversas associações humanas, não temos como afirmar qual seria o modelo de sociedade ideal sem emitir um julgamento, ou seja, uma medida de valor acerca dos diferentes modos de vida social. Para Dewey, esse exercício consistiria não em uma idealização mental, mas ao contrário, de maneira prática, baseando-nos em diferentes formas de convívio social reais, extrair os traços desejáveis e empregá-los para criticar os indesejáveis e sugerir melhorias (DEWEY, 1979, p. 89). E quais seriam os traços considerados desejáveis? O autor considera que o que mantém associações humanas unidas são algumas qualidades como interesses comuns, sentimento de honra, afeição fraternal, fidelidade aos códigos estabelecidos, auxílio mútuo. Mas essas qualidades não são por si positivas, pois podemos encontrar diversas delas em conluios criminosos, por exemplo (DEWEY, 1979, p. 88). Em governos despóticos, que mantém o país unido pela força da coerção, bem como em sociedades com estratificação social muito determinada, não há, todavia, muitos interesses comuns conscientemente comunicados e compartilhados, não há oportunidades iguais para trocas, para o mútuo dar e receber (DEWEY, 1979, p. 90). Nessas situações, a comunicação fica comprometida. Para o autor, então,

[...] deveria existir maior variedade de empreendimentos e experiências de que todos participassem. Não sendo assim, as influências que a alguns educam para senhores, educariam a outros para escravos. E a experiência de cada uma das partes perde em significação quando não existe o livre entrelaçamento das várias atividades da vida. (DEWEY, 1979, p. 90).

Desta forma, o julgamento de valor de um modo de vida social considerado ideal nos orienta para a democracia que, segundo Dewey, se caracteriza pela existência de:

[...] numerosos e variados pontos de participação do interesse comum, [...] maior confiança no reconhecimento de serem os interesses recíprocos, fatores de direção e regulação social, [...] cooperação mais livre entre os grupos sociais (dantes isolados tanto quanto o podiam ser) como também a mudança dos hábitos sociais – sua contínua readaptação para ajustar-se às novas situações criadas pelos vários intercâmbios (DEWEY, 1979, p. 93).

O interesse comum, partilhado e comunicável em vista do ideal democrático é possível apenas

quando “[...] cada um tenha que pautar as próprias ações pelas ações dos outros, e considerar ações alheias para orientar e dirigir suas próprias” (DEWEY, 1979, p. 93) podendo isso ser amálgama de uma comunhão humana capaz de superar barreiras impostas por classe, raça, território e diferenças culturais. Apesar das diferenças de pensamento, haveria uma consciência social integrando todos os membros em um fim comum.

Relação entre educação e democracia

Dewey (1976) expressa na obra *Experiência e Educação* o seguinte questionamento:

Não seria possível achar-se qualquer outra razão que não fosse, em última análise, reduzir-se à crença de que o arranjo social democrático promove melhor qualidade de experiência humana, - experiências mais largamente acessíveis e mais capazes de satisfazer amplos anseios humanos do que formas não democráticas e antidemocráticas da vida social? (DEWEY, 1976, p. 24, grifos nossos).

Podemos observar, em Dewey, uma profunda crença no homem e em seu poder de construção social – na qual a educação figura como elemento emblemático dessa fantástica capacidade humana. Essa crença deve ser partilhada por nós, educadores, pois de outra maneira, não haveria sentido em nosso trabalho. Acreditar que, com o direcionamento correto, podemos construir, aos poucos, um mundo melhor, é o que nos dá alento e nos impele a continuar, frente aos numerosos obstáculos que enfrentamos em nosso dia a dia, como se diz, “no chão da escola”: salas numerosas, pouca valorização do trabalho docente, gestão disfuncional, decisões políticas e pedagógicas que chegam de forma vertical, e das quais o professor não participou do processo, ataques e desvalorização da função docente. Dewey estabelece a necessidade da fé na natureza humana para o desenvolvimento cultural, político e econômico, nos termos já colocados. Essa ideia repercutiu diretamente em suas propostas educativas, pelo simples motivo de que:

Não somente americanos, mas todo povo partilha dessas similaridades: todos eles cozinham, tecem, costuram e constroem casas. Todos eles têm em comum problemas econômicos e sociais decorrentes da organização industrial. Tomando os grupos étnicos separados para trabalharem juntos nestes problemas pode ser a melhor esperança de encerrar os conflitos sangrentos entre eles (TANNER, 1997, p. 03, tradução nossa).

Não obstante esses elementos próprios da atividade, o autor enfatiza a cultura humanística que deve prevalecer, pois se alia ao ideal democrático. Para isso, afirma (DEWEY, 1970, p. 213) que é preciso verificar como todos os elementos constituintes de nossa cultura existente estão operando para as mudanças necessárias, onde e quando isso seja preciso, a fim de que o bom funcionamento ocorra para libertar e realizar as possibilidades da natureza humana em construção e no devir das experiências que é permanente. À educação caberia primordialmente este papel.

Segundo Andrade (2007):

Dewey vê nos procedimentos de princípios autodemonstráveis, antidogmáticos e constantemente autorreflexivos ou questionadores da ciência mais do que uma analogia com os procedimentos democráticos. Ao longo de sua obra, sob diferentes formulações, o método científico passa a ser um modo de exercício preparatório (na educação) e executivo (na vida pública) aos procedimentos da democracia, isto é, à exigência de transparência, ao caráter transitório e problemático do poder político representativo e ao princípio do debate público dos desafios e das soluções aos problemas sociais (ANDRADE, 2007, p. 26).

Assim, o conhecimento científico permite aos jovens uma espécie de experiência que não seria acessível somente por meio da educação informal, mas que exige o domínio dos livros, direcionamentos e conhecimentos, cabendo à escola e ao professor a função de organizar o ambiente para que tal ocorra, acrescentando a isso, a experiência reflexiva e estética. A qualidade estética presente na experiência é a que permite a captação do sentido, da unicidade do momento a ponto de torná-lo um marco na experiência de pensamento, no encadeamento das ideias para o benefício do entendimento de um problema. A valorização da ciência, para o autor, é questão de método de pensamento mais desenvolvido, uma vez que permite à inteligência acessar as consequências dos atos através da aprendizagem por projetos realizados em equipes, pensar juntos, buscar soluções aos problemas juntos, experimentar o exercício de uma vida associada, compartilhada.

A crença no homem fundamenta-se na esperança de mudança diante de sua plasticidade e capacidade flexível dada as condições para o seu exercício da liberdade em sua busca da felicidade, podendo assim, contribuir de maneira diferenciada com a construção do bem comum. Essas condições podem efetivamente ser dadas na escola, na medida em que respeitemos alguns fatores, como a tolerância e vocação. Dewey aponta a intolerância como uma atitude anti-humanística que indica uma fundamental desconfiança na natureza humana - embora indeterminada - atitude esta que resulta no nefasto efeito de minar a convicção de que alguns grupos de pessoas tenham direito intrínseco à estima e ao reconhecimento (DEWEY, 1970, p. 214). Em relação à “vocação”, expressa o autor que:

[...] uma ocupação é a única coisa que estabelece equilíbrio entre a capacidade distintiva de um indivíduo e os serviços sociais do mesmo. Descobrir aquilo que uma pessoa está mais apta a fazer, e assegurar uma oportunidade para fazê-lo, é a chave da felicidade (DEWEY, 1979, p. 340).

Tais oportunidades devem ser apresentadas a todos na escola. Na verdade, o autor acredita nas “tendências” e “disposições” que os seres humanos apresentam, mas considera que sua natureza, não é boa e nem má. Para ele, as oportunidades de formação para as diferentes ocupações devem ser acessíveis a todos os indivíduos, independentemente da classe ou grupo a que pertençam. Verástegui (2006, p. 160), falando sobre a educação em Dewey, refere-se à “[...] necessidade de uma prática interdisciplinar que permita trabalhar de maneira harmoniosa assuntos científicos, estéticos e éticos”, mas infelizmente, nós temos uma noção de educação em que, ainda, “[...] os mais favorecidos se dedicam ao pensamento, e os menos privilegiados à atividade prática”, fato insistentemente mostrado pelo nosso autor.

Ainda em relação à vocação, Dewey alerta para o perigo da má interpretação da educação vocacional como sendo o que chamamos de educação profissional, ou seja, educação que oferece formação técnica para alguma atividade especializada, como única oportunidade formativa oferecida aos menos favorecidos. Deste modo, a educação se torna:

[...] um instrumento para perpetuar, imutável, a existente ordem [...] da sociedade, em vez de atuar como meio para sua transformação (qual seja) numa sociedade em que todas as pessoas se ocupem com alguma coisa que torne a vida das outras pessoas mais digna de ser vivida e que, por conseguinte torne mais perceptíveis os elos que ligam os indivíduos entre si, e que suprimem as barreiras que os distanciam (DEWEY, 1979, p. 349).

Esta reflexão se torna ainda mais importante se considerarmos a influência do mercado no estabelecimento de políticas relacionadas à educação, como no caso da BNCC (CAETANO, 2020, p. 36). A literatura traz que a função social expressa sutilmente na BNCC é a de uma escola que forma para o mundo do trabalho, concebendo a instituição escolar como aparelho ideológico do Estado na perpetuação da lógica dualista e excludente de formar as classes menos favorecidas para o trabalho enquanto possibilita

a formação intelectual completa para as elites (SANTOS; TOMÉ, 2020, p. 15).

Educação democrática e educação para a democracia

Existe, para alguns autores, diferenças entre os conceitos de “educação para a democracia” e “educação democrática”. Benevides (1996) diferencia uma e outra da seguinte maneira:

[...] a educação para a democracia não se confunde nem com democratização do ensino - que é, certamente, um pressuposto - nem com educação democrática. Esta última é um meio, necessário, mas não suficiente, para se obter aquela. A verdade é que, sem dúvida, uma organização democraticamente constituída pode desenvolver-se, no plano pedagógico, sem incluir a específica educação para a democracia (BENEVIDES, 1996, p. 227).

Pelo exposto, podemos perceber que Dewey se posiciona em favor tanto da educação para a democracia quanto da educação democrática, aliás, a segunda sendo o elemento imprescindível para a realização dos objetivos postos pela primeira. Em sua *Laboratory School* anexada à Universidade de Chicago, o autor, junto com sua equipe, testou suas ideias sobre a escola progressiva e democrática, cujo tema há farto material bibliográfico. Do mesmo modo, temos no Brasil a experiência de Anísio Teixeira, da Escola Parque, construída primeiramente nas proximidades da cidade de Salvador, Bahia. São ambas experiências de ideias de escola pública vinculadas à tradição de educação progressiva sobre a qual ambos os autores acreditavam ser imprescindível, aliás, fundamental para a consecução dos ideais democráticos, devendo ser cada vez mais difundidos no âmbito da vida social mais ampla.

A educação democrática é definida por Nobre e Mendonça (2016) como “[...] uma educação comum, de acesso a todos os cidadãos, uma educação que conduzisse o homem a uma vida social”, que seria o ideal propagado por Sócrates, e compartilhado por Anísio Teixeira, para quem educação seria a possibilidade comum para todos, “[...] parte de sua crença de que o homem é um animal verdadeiramente educável, talvez o mais educável, o que basta para justificar a sua aspiração de organizar a vida de modo a todos poderem dela participar, como indivíduos autônomos e iguais” (NOBRE; MENDONÇA, 2016, p. 27). A legislação brasileira, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, nos artigos 2º e 3º e seus respectivos incisos, garante esse direito.

Lembremos que o conceito de educação democrática prevê a necessidade de escola pública de qualidade, e não simplesmente “[...] atrelada a um programa educacional que favoreça a desigualdade por meio de um sistema que, em nome da ‘democracia’, acabe gerando uma escola excludente” (NOBRE; MENDONÇA, 2016, p. 29). Vemos que Dewey defende a educação democrática, com esta mesma significação, ao observarmos suas palavras:

Não basta fazer-se que a educação não seja usada ativamente como instrumento para facilitar a exploração de uma classe por outra. Devem assegurar-se as facilidades escolares com tal amplitude e eficácia que, de fato, e não em nome somente, se diminuam os efeitos das desigualdades econômicas e se outorgue a todos os cidadãos a igualdade de preparo para suas futuras carreiras. A realização deste objetivo exige não só que a administração pública proporcione facilidades para o estudo e complete os recursos da família, para que os jovens se habilitem a auferir proveito dessas facilidades, como também uma tal modificação das ideias tradicionais de cultura, matérias tradicionais de estudos e métodos tradicionais de ensino e disciplina, que se possam manter todos os jovens sob a influência educativa até estarem bem aparelhados para iniciar as próprias carreiras econômicas e sociais (DEWEY, 1952, p. 140).

Podemos perceber que o autor não só defende a escola pública, de igual qualidade para todos, como coloca a necessidade de que o poder público forneça as condições reais para que os membros das classes menos favorecidas possam verdadeiramente se dedicar aos estudos. A permanência dos alunos e o aprendizado real são tão importantes quanto o acesso à escola. Podemos dizer que ainda, atualmente, não atingimos este ideal. O problema, como aponta Bobbio (1986, cap. 1) é que a democracia pede uma educação que forme cidadãos ativos, participantes, capazes de julgar e escolher, mas não são necessariamente desejados por governantes que preferem confiar na tranquilidade de cidadãos passivos, súditos dóceis ou indiferentes.

Já a educação para a democracia, conceito utilizado na visão de Benevides (1996, p. 226), comporta duas dimensões: a formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis, pois “[...] numa sociedade verdadeiramente democrática ninguém nasce governante ou governado, mas pode vir a ser, alternativamente - e mais de uma vez no curso da vida - um ou outro”. Dewey tem uma profunda fé na educação para a democracia. Nas palavras de Tonieto e Fávero (2012):

[...] a democracia, para Dewey, constitui a possibilidade da superação da tradicional dicotomia entre indivíduo e sociedade, ou seja, a dimensão individual é, ao mesmo tempo, coletiva, pois a democracia só existe quando a plena satisfação do indivíduo se realiza na cooperação entre todos os envolvidos. Talvez esse seja um dos grandes desafios a ser enfrentado pela escola, seja ela pública ou privada, pois educar na democracia e para a democracia continua sendo um dos mais nobres objetivos sociais e políticos de todo e qualquer processo educativo que busque fortalecer intelectualmente e politicamente as futuras gerações. A escola enquanto instituição formal de ensino não se faz somente de ideais, porém não sem eles. São eles que fomentam, dirigem e possibilitam novos modos de ação no cotidiano escolar, por isso para Dewey democracia e educação são indissociáveis a ponto converterem-se em credo pedagógico (TONIETO; FÁVERO, 2012, p. 12).

O exercício da cooperação na escola adquire importância na mesma medida em que a sociedade também pode estimular o individualismo e a competitividade, apresentando um modelo de ambiguidade para o comportamento social. Infelizmente, o que vemos na atualidade é que a própria escola tem se tornado, muitas vezes por forças externas, mas em alguns casos por sua própria ação, palco de competitividade e individualismo.

A situação de pressão criada pelas avaliações em larga escala gera um cenário em que são estimulados e valorizados os estudantes que apresentam ótimo desempenho, mas aqueles que apresentam dificuldades escolares geram ansiedade em si próprios e mesmo no professor, terminando por serem vistos como um obstáculo à conquista de uma boa avaliação da escola e dos professores. Isso se deve à busca da ‘qualidade total’ vinda do ideário empresarial e que tem se disseminado no campo educacional (ESTEVEZ; SOUZA, 2020, p. 689), tendo em sua versão mais atual apontado os ideais exitosos do empreendedorismo como meta de uma boa escolarização.

Da mesma forma, estimular um sentimento exagerado de competição acaba inibindo o compartilhamento de bons projetos e práticas pedagógicas entre escolas e professores, já que aqueles passam a ser vistos como algo a ser protegido, pois é o diferencial que levará os últimos a se destacarem perante os demais.

Considerações finais

O legado de John Dewey pode nos ajudar a clarear alguns conceitos que, nos dias atuais, estão meio nebulosos e confusos. Alguns por serem utilizados de forma ambígua conforme estejam a serviço deste ou daquele interesse, outros por manipulação e desvirtuamento de seu sentido original, e aos quais nós, educadores, precisamos estar atentos. São exemplos: a importância da verdadeira democracia, no sentido defendido pelo autor e, talvez, ainda não alcançado; a construção permanente do ideal democrático através da educação; o mito da ideia de oportunidades iguais a todos baseado no acesso universal à escola, a famosa “meritocracia”, sem levar em conta o abismo das diferenças sociais e da escola do rico e a escola do pobre. Outro assunto relativo à democracia, hoje tão enfatizado, diz respeito às diferenças e diversidade presentes na escola, o que, para Dewey, não se configura em problema, mas se trata de um fator que enriquece a experiência formativa. O autor tem ideias bem claras a respeito destes tópicos tão atuais, conforme pudemos observar.

Outra contribuição importantíssima para os dias de hoje e que revela uma situação diante da qual nós, educadores, frequentemente nos encontramos desesperançosos, diz respeito à profunda crença de Dewey, no homem, em suas potencialidades, em sua capacidade de contribuição social, na busca do bem comum, em valores como moral e ética. Frente ao nosso desalento em relação à situação do país, onde a corrupção impera em todos os setores da sociedade, Dewey contrapõe sua esperança na capacidade de reconstrução social através da educação. E quando nos desanimamos diante do cenário atual da situação da educação, em que professores estão sendo vistos com desconfiança ao ponto de surgirem projetos de lei como o da “escola sem partido”, as palavras de Dewey nos renovam e nos mostram que na escola não se aprende só conteúdo, e sim valores para a formação humana e para a participação sócio-política num contexto de ordem democrática. Além disso, o autor nos ensina que também os valores não podem ser impostos dogmaticamente aos imaturos, mas postos à análise e à livre, responsável e inteligente adesão.

Referências

- ANDRADE, Julia Pinheiro. Educação e democracia um ensaio sobre o conceito de experiência em John Dewey. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 21, n. 41, p.15-24, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/262>>. Acesso em: 01 set. 2020.
- BARBOSA, Manuel Gonçalves. Educação e democracia: do risco de desarticulação a uma recomposição crítica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 5, n. 177, p. 759-773, jun./set. 2020. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/7147/pdf>>. Acesso em: 01 out. 2020.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Lua Nova**, São Paulo, v. 38, n. 1, p.223-237, dez. 1996. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/yKyLWKGyV8TNKLLKrRR6LpD/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 01 set. 2020.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292p.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96 de 20 de Dezembro de 1996.

CAETANO, Maria Raquel. AS REFORMAS EDUCATIVAS GLOBAIS E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR(BNCC). **Textura**: Revista de Educação e Letras, v. 22, n. 50, p. 36-53, abr./jun. 2020. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5397>>. Acesso em: 01 set. 2020.

CARBELLO, Sandra Regina Cassol; RIBEIRO, Ricardo. Escola Parque: notas sobre a proposta de Anísio Teixeira para o ensino básico no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 9, n. 2, p. 365–377, 2014. DOI: <10.21723/riaee.v9i2.7041>. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7041>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

DEWEY, John. **Liberalismo, liberdade e cultura**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

DEWEY, John **Democracia e educação**. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

DEWEY, John; DEWEY, Evelyn. **Schools of to-morrow**. New York: E. P. Dutton & Company, 2015. E-book: <http://www.pgdp.net>

ESTEVEVES, Thiago de Jesus; SOUZA, José dos Santos. O papel dos organismos internacionais na reforma gerencial da educação brasileira: os sistemas de avaliação educacional em larga escala como instrumentos da pedagogia política do capital. **Revista Online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 1, p. 678-692, ago. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/343408692_O_papel_dos_organismos_internacionais_na_reforma_gerencial_da_educacao_brasileira_os_sistemas_de_avaliacao_educacional_em_larga_escala_como_instrumentos_da_pedagogia_politica_do_capital>. Acesso em: 01 out. 2020.

NOBRE, José Aguiar; MENDONÇA, Samuel. Anísio Teixeira e a educação democrática e pública de qualidade: reflexões acerca das implicações da gestão educacional. **Educação em Revista**, Marília, v. 17, n. 2, p.25-44, jul. 2016. Disponível: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/6227>>. Acesso em: 01 set. 2020.

SALGADO, Maria da Conceição Santos Cordeiro. **Educação e desenvolvimento: um dualismo na sociedade global**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências da Educação, Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais, Universidade Católica Portuguesa, Vizeu, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/15339>>. Acesso em: 01 set. 2020.

SANTOS, Emina; TOMÉ, Luane. O discurso ausente de democracia na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 25, p. 1-19, maio 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/70242/40790>>. Acesso em: 01 set. 2020.

TANNER, Laurel N. **Dewey's laboratory school. Lessons for today**. Columbia, NY: Teachers College Press, 1997.

TONIETO, Carina; FÁVERO, Altair Alberto. Contribuições da filosofia de John Dewey para a educação: a democracia como credo pedagógico. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, ANPED SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais....** Caxias do Sul: UCS, 2012. p. 1 - 15. Disponível: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/346/858>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

VERÁSTEGUI, Rosa de Lourdes Aguiar. **Uma filosofia para a cidadania**. 2006. 177 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11928>>. Acesso em: 01 set. 2020.

Submetido em: 29.10.2020

Aceito em: 13.07.2021